

Até quando trabalhadores pagarão com a vida a política de insegurança da Petrobrás?

No dia 03 de agosto, durante a entrega da pauta de reivindicações, vamos exigir o fim dos acidentes e das discriminações e condições dignas de trabalho e segurança para todos

A queda do helicóptero da BHS na Bacia de Campos, no último dia 22, com 11 trabalhadores a bordo, coloca novamente em xeque a política de segurança da Petrobrás. A cada dia, a cada mês, a cada ano, os petroleiros revivem cenas de dor e desespero diante de colegas mortos e mutilados por acidentes de trabalho na maior e mais lucrativa empresa do país. Até quando? A pergunta lateja em cada um de seus trabalhadores e urge por uma resposta definitiva da direção da Petrobrás. É preciso implementar mudanças imediatas na política de segurança, conforme cobrado sistematicamente pelo movimento sindical. Nossas propostas já foram, inclusive, debatidas com as gerências de SMS.

Os petroleiros continuam mobilizados, exigindo condições seguras de trabalho para todos, empregados diretos e indiretos. No dia 03 de agosto, data de entrega da pauta de reivindicações à Petrobrás, a FUP convoca a categoria a realizar atrasos e paralisações pelo fim dos acidentes (veja matéria no verso). Este ano, seis petroleiros perderam a vida a serviço da empresa. Desde 1998, a FUP e os sindicatos já registraram 150 mortes por acidentes de trabalho na companhia, 117 envolvendo petroleiros terceirizados.

Até o fechamento deste boletim, na tarde de sexta-feira (23), a Petrobrás ainda não havia localizado os cinco petroleiros desaparecidos no acidente com o helicóptero na Bacia de Campos. Dos 11 trabalhadores que esta-

vam a bordo, seis foram resgatados com vida. O mecânico Carlos Augusto Rodrigues, da Siemens, não resistiu e faleceu. Continuavam desaparecidos Adilson Alves de Paula, Eleomar Rossi e Higor Neves da Silva, funcionários da Krontec; Ricardo Antônio da Silva, da Promontest, e Anidalmom Moraes Siqueira, da BSM. O Sindipetro-NF integra a Comissão de Investigação montada pela Petrobrás.

Este foi o quarto acidente aéreo fatal no período de um ano ocorrido com petroleiros. Em 05/07/03, outro helicóptero da BHS caiu na Bacia de Campos, matando cinco trabalhadores: dois tripulantes, um funcionário da Petrobrás e dois petroleiros terceirizados. Em 13 de novembro do

ano passado, dois trabalhadores morreram e quatro ficaram feridos na queda de um helicóptero da Helisul, no Amazonas. Dois meses depois, em 31/01/04, outra aeronave da Helisul caiu na mesma região, matando o piloto.

A FUP reunirá os representantes dos sindicatos de petroleiros, aeronautas e aeroviários que participaram das comissões de investigação destes acidentes para discutir as recomendações propostas e os encaminhamentos que foram tomados pela Petrobrás e empresas de aviação. A Federação também cobrou da Petrobrás um estudo detalhado sobre segurança relacionada aos vôos na Bacia de Campos e demais unidades que operam com aeronaves.

Um petroleiro morto e dois feridos em acidentes na UN-SEAL. Todos terceirizados

Exatamente um mês antes da queda do helicóptero na Bacia de Campos, dois acidentes seguidos no Campo de Produção de Carmópolis, em Sergipe, resultaram na morte de um trabalhador e ferimentos graves em outros dois. Todos eles terceirizados.

O electricista José Adilson dos Santos, da empresa Alves Barreto, foi vítima de um trágico acidente, quando realizava a troca de cabos elétricos, durante a manutenção da rede de alta tensão que alimenta o campo de produção. Segundo o Sindipetro-SE/AL, que tem um representante na comissão de investigação do acidente, um dos parafusos de

sustentação da linha que sustentava o poste quebrou, provocando a queda dos trabalhadores que estavam executando o serviço. José Adilson foi internado com fraturas múltiplas e hemorragia interna. Não resistiu e faleceu no dia 28/06. Outro funcionário da empresa, também ferido no acidente, teve que ser operado, mas já está se recuperando.

No mesmo dia, o mecânico José Rubensval Santos, da Sertel, amputou o dedo indicador e teve que se submeter a um enxerto no braço direito, após sofrer um acidente quando realizava a manutenção da unidade de bombeio do campo de SZ, em Carmópolis.

Mobilização nacional 03/08, na entrega da pauta de reivindicação à Petrobrás

Uma grande mobilização nacional foi convocada pela FUP para o dia 03 de agosto, quando a pauta de reivindicações dos trabalhadores do Sistema Petrobrás será apresentada à empresa. Em todas as bases, as assembleias referendaram a pauta aprovada no X CONFUP. Os petroleiros reivindicam aumento real de 5% e reposição da inflação pelo ICV/DIEESE - a estimativa é de 9% acumulados no período.

A data de entrega da pauta à Petrobrás e às subsidiárias será marcada por atos, atrasos e paralisações ao longo do dia 03 pelo fim dos acidentes, por melhores condições de trabalho e segurança e contra todas as formas de discriminações praticadas na Petrobrás (entre novos e antigos, ativa e aposentados e, principalmente, contra as condições diferenciadas de trabalho e segurança a que são submetidos os trabalhadores terceirizados). As mobilizações

do dia 03 terão também como eixo o cancelamento da 6ª rodada de licitação de blocos petrolíferos.

Nesta segunda-feira (26), a FUP volta a reunir-se com a Petrobrás para dar continuidade às discussões sobre regime de trabalho e pendências relacionadas aos acordos de anistia, principalmente a questão dos aposentados. A FUP também cobrou da Petrobrás uma resposta sobre o pagamento dos reflexos das punições ocorridas nas greves de 94 e 95. A empresa informou que está realizando um levantamento em todas as bases sobre a situação de cada trabalhador para, em seguida, apresentar uma proposta à FUP, o que deve acontecer ainda em agosto. A Petrobrás também já autorizou as gerências a efetuar em agosto a opção de compensação do dia 08 de junho para os trabalhadores que realizaram a paralisação de 24 horas.

Comissão Interministerial de Anistia é prorrogada até fevereiro

Já está em vigor decreto presidencial que resgata a Lei 8.878/94, referente à anistia dos demitidos no governo Collor

A Comissão Interministerial que analisa e dá encaminhamento aos processos de anistia referentes à Lei 10.790/03 foi prorrogada por mais seis meses, estendendo, assim, até fevereiro do ano que vem o prazo para conclusão dos trabalhos. A Comissão foi constituída em fevereiro deste ano e conta com a participação de representantes dos Ministérios do Planejamento e das Minas Energia, da Petrobrás e da FUP. Ao todo, 12.790 requerimentos de anistia foram protocolados, a grande maioria reivindicando os dias parados, punições e seus respectivos reflexos.

A Comissão está analisando prioritariamente os requerimentos de anistia das demissões e já anistiou até o momento 83 petroleiros. Na reunião do dia 09 de julho, a comissão deferiu o pedido de anistia de Antônio Celso do Nascimento (REGAP).

Anistia de 94 - Publicado no Diário Oficial de 25 de junho, o decreto presidencial 5.115 institui uma Comissão Especial Interministerial para revisão dos atos administrativos praticados no governo FHC, que tiveram como objetivo descaracterizar a Lei 8.879/94, sancionada

pelo presidente Itamar Franco, anistando os servidores públicos e funcionários de estatais demitidos no governo Collor.

Esta é uma reivindicação histórica da CUT e da FUP, que sempre lutaram pela anistia dos trabalhadores que tiveram suas vidas e direitos violados por Collor. De forma arbitrária e covarde, o governo FHC de tudo fez para *desanistiar* esses companheiros, através dos decretos 1.498 e 1.499, de maio de 1995, e 3.363, de 11 de fevereiro de 2000. O governo Lula, através da Comissão Interministerial criada para rever um a um esses decretos, irá finalmente corrigir a injustiça cometida contra milhares de trabalhadores que tiveram a anistia suspensa por FHC.

A Comissão analisará os requerimentos formulados no prazo máximo de 90 dias, a contar da data de publicação do decreto 5.115 (ou seja, 25/06). A FUP está agendando uma reunião para tratar desta questão com os trabalhadores das extintas Interbrás, Petromisa, Petroflex e Nitriflex que requereram a anistia na época, mas foram impedidos de serem contemplados pela Lei 8.879/94.

FIQUE DE OLHO

Petroleiros junto com a CUT nas mobilizações do dia 16 por mudanças na política econômica

Os petroleiros estiveram presentes nas principais mobilizações realizadas pela CUT no último dia 16, em todos os estados do país, reivindicando mudanças na política econômica. Com faixas e cartazes, a categoria exigiu também a suspensão da 6ª rodada de licitação da ANP. As mobilizações cobraram retomada do crescimento econômico, geração de empregos e melhores salários, manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas, distribuição de renda, redução das taxas de juros, redução da jornada de trabalho sem redução de salários, serviços públicos de qualidade, uma nova estrutura sindical, aumento real de salário, reforma agrária, não à ALCA e à renovação dos acordos com o FMI.

Plebiscito boliviano aponta para renacionalização do gás

Realizado no último dia 18, o plebiscito convocado pelo presidente boliviano Carlos Mesa, propondo mudanças importantes na política energética e de gás natural, teve apoio expressivo da população. Mais de 83% dos votantes disseram sim à renacionalização dos recursos energéticos do país e 90% apoiaram a reconstituição da YPF, a estatal petroleira. O presidente Lula apoiou publicamente o plebiscito boliviano, o que torna ainda mais incoerente a realização no Brasil da 6ª rodada de licitação da ANP, onde serão leiloados às multinacionais potenciais blocos produtores de petróleo.

Calendário da FUP

26/07 - Reuniões com a Petrobrás sobre regime de trabalho e anistia
03/08 - Entrega da pauta à Petrobrás. Dia nacional de luta contra as discriminações e contra a 6ª rodada de licitações da ANP
04 a 06/08 - Seminário de Planejamento de campanhas
16 a 20/08 - Semana Nacional de Mobilizações
24/08 - Início das negociações com a Petrobrás